



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Ao **Projeto de Lei nº 17/2024**, que: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Está em Comissão Técnica de Justiça e Redação para a devida análise e parecer, o **Projeto de Lei nº 17/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, encaminhado através de **Mensagem 019/2024**.

Atendendo a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O projeto segue instruído de documentos anexos, sendo estes: demonstrativos de metas anuais, avaliação do cumprimento de metas fiscais do exercício anterior, metas fiscais atuais em comparação com os 3 últimos exercícios, evolução patrimonial (liquida), origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos, estimativa e compensação da renúncia de receita, margem e expansão de despesas obrigatórias e serviços continuados.

Em sua Mensagem, a Prefeita menciona que o orçamento do município para 2025 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei.

De início, sob o prisma da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e redação da proposta, deliberamos que o projeto cumpre com o requisito da iniciativa, uma vez que é matéria exclusiva do Poder Executivo, bem como que por se tratar de orçamento do município, evidente o interesse local.

Deste modo, após amplo debate entre os membros, deliberou-se que a iniciativa da proposição é válida, pois atende a legislação vigente, tanto da Lei Orgânica quanto do Regimento Interno desta Casa de Leis.



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu


Ressalta-se que este parecer não tem qualquer caráter vinculativo, mas
ESTADO DO PARANÁ
meramente opinativo, restando ao plenário a liberalidade de votação e
eventual aprovação.

Diante do exposto, constata-se que esta matéria é legal e constitucional,
e recebe o amparo da Lei Orgânica do Município.

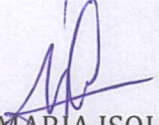
Assim, decidem os presentes pelo **PARECER FAVORÁVEL** e indicar a
tramitação normal nesta casa de Leis.

É o parecer.

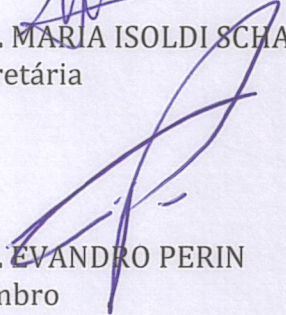
Sala das Comissões, 15 de maio de 2024.



Ver. CLAUDIO SCHUTZ
Presidente Relator



Ver. MARIA ISOLDI SCHAFER
Secretária



Ver. EVANDRO PERIN
Membro



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PARECER

Ao **Projeto de Lei nº 17/2024**, que: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2025, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Está em Comissão de Finanças e Orçamento para a devida análise e parecer, o **Projeto de Lei nº 17/2024**, de autoria do **Executivo Municipal**, encaminhado através de **Mensagem 019/2024**.

Atendendo a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

O projeto segue instruído de documentos anexos, sendo estes: demonstrativos de metas anuais, avaliação do cumprimento de metas fiscais do exercício anterior, metas fiscais atuais em comparação com os 3 últimos exercícios, evolução patrimonial (liquida), origem e aplicação de recursos obtidos com a alienação de ativos, estimativa e compensação da renúncia de receita, margem e expansão de despesas obrigatórias e serviços continuados.

Em sua Mensagem, a Prefeita menciona que o orçamento do município para 2025 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei.

Deste modo, após amplo debate entre os membros, deliberou-se que as metas fiscais estão de acordo com os últimos exercícios e arrecadações realizadas, elencando os principais recursos para os órgãos municipais:

CAMARA MUNICIPAL = R\$ 6.093.690,00 (seis milhões noventa e três mil e seiscentos e noventa reais)

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO = R\$ 31.866,790,00 (trinta e um milhões oitocentos e sessenta e seis mil setecentos e noventa reais)



Câmara Municipal de Santa Terezinha de Itaipu

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE = R\$ 42.582.351,00 (quarenta e dois milhões quinhentos e oitenta e dois mil, trezentos e cinquenta e um reais)

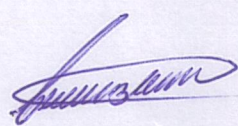
Ressalta-se que este parecer não tem qualquer caráter vinculativo, mas meramente opinativo, restando ao plenário a liberalidade de votação e eventual aprovação.

Diante do exposto, no âmbito da competência desta Comissão não encontramos qualquer óbice a regular tramitação do presente projeto de lei referente ao exercício financeiro de 2025.

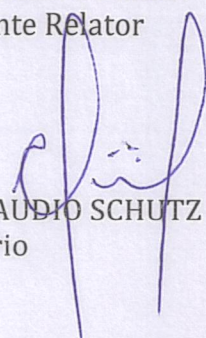
Assim, decidem os presentes por dar **PARECER FAVORÁVEL** e indicar a tramitação normal nesta casa de Leis.

É o parecer.

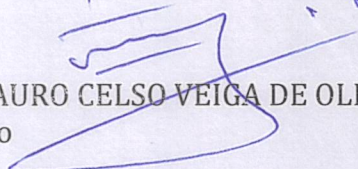
Sala das Comissões, 22 de maio de 2024.



Ver. CARLOS BECKER
Presidente Relator



Ver. CLAUDIO SCHUTZ
Secretário



Ver. MAURO CELSO VEIGA DE OLIVEIRA
Membro